



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão  
da Educação Brasileira**

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia	
Aída Maria da Silva	
Marcia Betania de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano	
Ana Clarisse Alencar Barbosa	
Mônica Maria Baruffi	
Patrícia Cesário Pereira Official	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn	
Marlene da Rocha Migueis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos	
Glycia Melo de Oliveira	
Moaldecir Freire Domingos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa	
Ana Maria de Oliveira Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza	
José Geraldo Pedrosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>211</b>
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100720</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>229</b>
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>243</b>
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>258</b>
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>269</b>
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25 .....</b>	<b>278</b>
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26 .....</b>	<b>284</b>
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100726</b>	
<b>CAPÍTULO 27 .....</b>	<b>295</b>
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100727</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>307</b>

## NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL

**Elton Basílio de Souza**

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET/MG)  
– Belo Horizonte/MG

**José Geraldo Pedrosa**

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET/MG)  
– Belo Horizonte/MG

**RESUMO:** O artigo em voga propõe uma discussão teórica sobre a formação profissional do policial vinculado a Polícia Civil de Minas Gerais. A literatura sobre formação policial evidencia não raras vezes certo descompasso entre as prescrições formais da atividade e a efetiva prática profissional desempenhada pelos trabalhadores de segurança pública. Tal celeuma já fora objeto de abordagens sociológicas que, grosso modo, evocam a ideia de uma cultura policial, a qual serviria de princípio explicativo para a conduta dos policiais. Mobilizamos o conceito de formação experiencial – na perspectiva da educadora portuguesa Carmen Cavaco – para ampliar o escopo de análise e demarcar o espaço das ciências da educação no debate sobre formação policial, buscando interfaces dessa elaboração com a prática profissional do policial civil. O trabalho realça, a título de conclusão, a importância de se refletir sobre a educação dos policiais para além dos

muros da academia de polícia, reconhecendo seus adquiridos experienciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Civil de Minas Gerais, Formação policial, formação experiencial

**ABSTRACT:** The current article proposes a theoretical discussion about the formal education training of the police officer of the Civil Police department of Minas Gerais state. The state of the literature on police formal education training often reveals a lack of sync between theory and the actual activity performed by the Public Safety workers. This field has been the subject of sociological approaches that, in sum, evoke the idea of a police culture, which would serve as an explanatory principle for the conduct of the police. We have used the concept of experiential formation - from the perspective of the Portuguese educator Carmen Cavaco – in order to broaden the analysis scope and to use education sciences in the debate about police education, ultimately seeking crossing points with the professional practice of the civil police. This paper highlights as a conclusion the importance of reflecting on the education/training of the police officer beyond the walls of the police academy, recognizing any experience externally acquired.

**KEYWORDS:** Civil Police of Minas Gerais State; Police Education; Experiential Formation

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, inserida na linha de pesquisa *Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas* do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. O que se propõe é uma discussão sobre a formação do profissional de segurança pública vinculado a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). O atual estágio da dissertação ainda não nos permitiu sistematizar os dados angariados em campo; esse fato, contudo, não nos impede de realizar uma discussão conceitual sobre formação policial, inventariar pesquisas sobre o tema e anunciar um referencial teórico pautado nas ciências da educação que pode tornar mais abrangentes as reflexões sobre a formação dos trabalhadores de segurança pública.

Com mais de cem anos de história a PCMG é uma instituição que tem como principal objetivo a apuração das infrações penais, sendo incumbido aos policiais civis a elucidação dos crimes perpetrados no âmbito da unidade da federação. Trata-se, pois, de uma organização do poder público legalmente investida dos serviços científicos, técnicos e jurídicos da investigação criminal. A PCMG ostenta em seu quadro pessoal as seguintes carreiras: delegado de polícia, médico legista, perito criminal, investigador de polícia e escrivão de polícia. Integram ainda o quadro pessoal da PCMG as carreiras administrativas, instituídas na forma de lei específica. O acesso às diversas carreiras policiais acontece mediante realização de concurso público, cada qual com seus requisitos específicos. O efetivo ingresso na atividade policial é precedido por um curso de formação técnico-profissional, ministrado pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (ACADEPOL/MG). Fundada em 1926, a ACADEPOL é a unidade de ensino profissional onde o policial civil realiza sua formação inicial e obrigatória, requisito para todo e qualquer profissional vinculado a PCMG.

O título desse artigo é digno de um esclarecimento. O bordão “nas ruas e nas delegacias o mundo é outro” é um elemento presente na narrativa de vários policiais civis e isso pode ser verificado na dissertação de Bastos (2008) defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O estudo em comento aborda a formação inicial do policial civil mineiro, focalizando as prescrições curriculares mobilizadas no curso técnico profissional da ACADEPOL em diferentes gestões. Ao tratar do descrédito que os policiais da ativa nutrem pelo curso de formação policial, Bastos (2008) afirma que os policiais veteranos, “(...) ao receberem o policial recém-formado ou ainda em estágio, costumam dizer-lhe para esquecerem tudo o que aprenderam, pois nas ruas e nas delegacias o mundo é outro” (BASTOS, 2008, p. 70).

Essa constatação é um tanto intrigante e fomenta múltiplas questões: ela revela alguma impropriedade no curso técnico profissional ministrado pela Academia de Polícia? Tem relação com as particularidades da *práxis* investigativa e com contexto

em que ela se desenvolve? Trata-se de um descompasso entre a escola e o mundo do trabalho? Não seria fruto da incapacidade dos próprios policiais em detectar a pertinência dos saberes escolarizados em suas atividades de rotina?

Ao realizar uma revisão da literatura, deparamos com estudos que apontam para a existência de uma cultura policial, considerada como princípio explicativo para a conduta desses profissionais sob um ponto de vista sociológico. Ora, se existe uma cultura policial, ela é transmitida para os sujeitos policiais mediante um processo de aprendizagem, o que justifica este tema como objeto de pesquisa também no arcabouço das ciências da educação.

A proposta do artigo é dar os primeiros passos na construção de referencial analítico capaz de contribuir com os estudos sobre formação e prática profissional dos policiais civis. Mobilizou-se nesse artigo o conceito de formação experiencial, na perspectiva proposta pela educadora portuguesa Carmen Cavaco (2002). Os pressupostos epistemológicos presentes na concepção de formação experiencial implicam numa leitura mais alargada dos processos formativos, colocando em voga, para além dos saberes formais adquiridos no curso de formação institucionalizado, os saberes não formais e informais que são tributários de outros espaços formativos e de outras aprendizagens.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos sucinta revisão da literatura sobre formação policial, inventariando as pesquisas que demonstram o descompasso entre os saberes formais e aqueles mobilizados no âmbito da prática profissional. A delimitação da questão problema é procedida de uma indispensável distinção teórica entre as formulações de educação formal, não formal e informal. Prosseguindo, demarca-se o conceito de formação experiencial na perspectiva de Carmen Cavaco (2002), buscando interfaces dessa elaboração com a prática profissional do policial civil. O trabalho realça, a título de conclusão, a importância de se refletir sobre a educação dos policiais para além dos muros da academia de polícia, reconhecendo seus adquiridos experienciais.

## **FORMAÇÃO E CULTURA POLICIAL: A CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL ANALÍTICO PAUTADO NAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

De maneira geral, a produção acadêmica sobre as organizações de segurança pública que se desenhou nas últimas décadas no Brasil tem a formação policial como tema subsidiário. Paixão (1982) constatou que a polícia é mais temida do que conhecida pelas Ciências Sociais em nosso país. Cerca de dez anos depois, Mingardi (1991) assinalou que existe uma grave deficiência na academia brasileira, que muito se ocupa da repressão política – explícita ou não – empreendida pela polícia, mas pouco reflete sobre qual o trabalho que a Polícia deveria fazer, ou a maneira pela qual a Polícia cumpre suas funções. Caruso (2006) demonstra a predileção acadêmica em

se ocupar das temáticas que visam a denunciar o labor policial, negligenciando estudos específicos sobre sua organização e práticas cotidianas. A constatação persiste nas ponderações de Miranda (2012) que, a despeito de reconhecer os esforços de vários atores – governos, universidades e intelectuais – em fazer avançar o desempenho da segurança pública, afirma que o debate empreendido tende a situar-se no campo das críticas mais severas.

O panorama democrático instaurado pela Constituição de 1988 tem aventado debates sobre a formação policial em nosso país (PONCIONI, 2007), onde uma das preocupações é justamente “(...) refletir criticamente sobre as práticas tradicionais relativas às ações e procedimentos das instituições e agentes responsáveis pela segurança pública” (CUNHA, 2004, p. 205). As organizações de segurança pública e instituições acadêmicas tem somado esforços para uma mudança paradigmática no âmbito das forças policiais, dando importância a necessária e imprescindível articulação entre polícia e direitos humanos (RIBEIRO; SILVA, 2010; BALESTRERI, 2004; CANO, 2003; KANT DE LIMA, 2003; 1990; PINHEIRO, 1991A, 1991B; PINHEIRO; SADER, 1985). Entende-se, pois, a formação policial como importante estratégia implementada pelo governo na área de segurança pública, tendo como desafio a consecução de uma polícia cidadã que atenda aos anseios democráticos.

A literatura acadêmica revela que as prescrições curriculares dos cursos de formação estão em desacordo com o que se observa nas práticas profissionais concretas, ou seja, “(...) existe uma certa dicotomia entre as práticas nas academias e as práticas que os policiais vivenciam nas ruas ou nas delegacias” (BASTOS, 2008, p. 70). Esse tema tem sido discutido com diferentes variações por estudiosos das organizações policiais, como se perceberá nessa breve revisão bibliográfica que se encaminha. Antes, porém, é preciso consignar que não se trata de uma problemática que diz respeito tão somente aos policiais. Não existe uma total correspondência entre manuais, normas e protocolos e a prática profissional em outras incontáveis atividades. Isso pode ser observado, como veremos, no próprio arcabouço teórico das ciências que se debruçam sobre a questão.

A sociologia do trabalho, por exemplo, mobiliza as categorias trabalho prescrito e trabalho real (DANIELLOU, LAVILLE E TEIGER, 1989; GUÉRIN, 2001) e essa distinção – também compreendida pelos conceitos tarefa e atividade – surge para esta área do saber a partir do momento em que as pesquisas em ergonomia, no final da década de 1960, constataram que os trabalhadores não se organizavam de uma forma tipicamente taylorista – modelo que supunha que aos trabalhadores só caberia a mera execução de tarefas. Desde então a sociologia do trabalho questiona a padronização total dos métodos de trabalho, dando ênfase cada vez maior às particularidades dos sujeitos que compõem o palco de trabalho e suas práticas profissionais que em muitas oportunidades destoam de uma racionalidade gerencial e prescritiva do processo produtivo.

Nas ciências da educação, por seu turno, podemos exemplificar essa tônica com

base nos estudos que tratam das teorias do currículo. Não raras vezes nos deparamos com os conceitos de currículo prescrito e currículo real. Nos dizeres de Sacristán (2000) o currículo real possui maior amplitude do que qualquer documento no qual se estipule os planos e objetivos da educação, isso porque a prática docente pressupõe uma rede de saberes e fazeres construída e reconstruída no cotidiano escolar com seus múltiplos atores. Esse debate que se estabelece no interior das ciências da educação, portanto, enseja numa problemática em muito parecida com as discussões instauradas no plano da sociologia do trabalho, cambiando-se, por óbvio, o docente inserido em sala de aula pelo operário inserido no posto de trabalho. À vista disso e, retomando a questão-problema desse artigo, indaga-se: quais os contornos dessa problemática no seio das corporações policiais e o que já se construiu em termos de conhecimento científico sobre o assunto?

Pois bem, temos boas indicações e produtivas pistas dessa celeuma em vários níveis da literatura policial. As contribuições sociológicas sobre as instituições policiais revelam a existência de uma lacuna entre os protocolos, manuais e normas que balizam a atividade policial e a efetiva prática profissional, pois “(...) nenhuma polícia se resume a realização estrita da intenção daqueles ou daquilo que a institui” (MONJARDET, 2012). Esse distanciamento entre o prescrito e o real, no âmbito da segurança pública, tem relação com “(...) uma complementar e singular formação policial que acaba por acontecer aleatoriamente nas ruas, logo após os cursos de formação profissional, e que não é objeto de gerenciamento das organizações policiais” (PEDREIRA-SILVA, 2014, p. 30). Após o curso de formação, ao se defrontar com situações críticas, revela Goldsten (2003), o operador de segurança pública toma ciência de que pouco do que lhe foi ensinado se aplica a suas atividades, sobretudo ao que diz respeito a tomada de decisões. Diante desse empasse, o policial tende a agir pautado na postura e *modus operandi* de seus colegas veteranos. Especificamente sobre a PCMG, Silva (2014) afirma que os policiais civis novatos, ao chegarem nas delegacias, se deparam com um contexto já estruturado compostos por vários outros profissionais, cada qual com seus saberes e práticas diferenciadas.

Um importante instrumento analítico adotado no estudo desse problema foi concebido por estudiosos anglo-americanos na década de 1960. A clássica obra *Justice Without Trial*, de Jerome Skolnick (2011), tornou-se referência, pois ofereceu as primeiras delimitações teóricas do conceito de cultura policial. Em síntese, entende-se por cultura policial um “(...) conjunto de valores, crenças e regras informais que orientam o modo como os policiais enxergam o mundo social e o modo como deveriam agir nele” (LOPES et al., 2016, p. 323). Nas palavras de Monjardet (2012), na interação cotidiana que ocorre entre os agentes de segurança, tarefas e público, se (re)produz uma cultura policial, que escapa da lógica organizacional e figura como o princípio explicativo para a atuação desses profissionais. Por esse motivo:

(...) a análise da cultura profissional dos policiais é o calcanhar-de-aquiles de toda pesquisa sobre a polícia (...). É como se, no processo de interpretação dos seus

dados, o pesquisador se encontrasse confrontado com a necessária consideração de uma 'variável' imprevista, ou subestimada no protocolo de pesquisa, que por conseguinte convém designar-se por 'cultura profissional', e à qual será referido, como princípio explicativo das condutas, o que parece escapar à lógica organizacional, quer seja apreendida em termos hierárquicos (prescrições, controle, sanção) ou em termos racionais (objetivos, meios, eficácia). (MONJARDET, 2012, p. 162)

O primeiro trabalho brasileiro que articulou a noção de cultura policial é o de Paixão (1982). Ao estudar a polícia civil mineira, o pesquisador constatou que os policiais da linha de frente não se orientam primariamente pela lei, mas sim por um estoque de saberes informais que comporia a cultura organizacional da polícia. Este estoque de conhecimento seria formado por noções sobre a origem e a natureza dos criminosos, métodos próprios de investigação e por uma série de outras práticas aprendidas informalmente e que contrastam com os valores e comportamentos formalmente prescritos pela instituição. Podemos citar outras contribuições nacionais que articulam o conceito de cultura policial (BEATO ET AL., 2008; BRETAS e PONCIONI, 1999; MUNIZ, 1999; LIMA, 1995), mas, de maneira geral, "(...) são poucos os trabalhos brasileiros que se dedicaram à análise empírica da cultura policial para entender o modo como os policiais veem a realidade e agem nela" (CUNHA, 2004, p. 205).

Os vários apontamentos elencados pela literatura já estabelecida sobre a polícia civil revelam que o distanciamento entre normas, protocolos e manuais e a efetiva prática profissional dos policiais podem ser interpretados mediante o conceito de cultura policial, o qual se estabelece como o princípio explicativo (MONJARDET, 2003) para a atuação desses profissionais. Tal referência considera que policiais no exercício da profissão orientam suas ações através de um estoque de saberes que são (re)construídos num processo de socialização profissional; esses saberes não obedecem a uma lógica estritamente vinculada aos "(...) conhecimentos técnicos e científicos, mas também por uma visão de mundo particular e específica" (CUNHA, 2004, p. 201). Pensar a formação do policial estritamente em termos institucionais, portanto, é negligenciar uma gama de práticas e saberes que são tributários de outros contextos e de outras aprendizagens. É preciso considerar que a formação do policial tem uma amplitude que vai muito além do curso de formação técnica e profissional ministrado pela academia de polícia, uma vez que, além dos saberes formais (prescritos, curriculares) existem outros saberes (não formais e informais) que compõem o repertório de atuação dos policiais no exercício da profissão.

Ao passo que a sociologia se mostra oportuna para mapear os elementos constitutivos de uma determinada cultura policial, há um espaço para focalizar os diferentes saberes e os processos de aprendizagem que os policiais mobilizam no âmbito dessa cultura. Se há uma cultura policial, decerto que essa cultura é aprendida. Existe um processo de aprendizagem que é um pressuposto da própria relação entre sujeito policial e essa dimensão maior composta por normas, crenças, práticas, símbolos e outros componentes que se traduzem em termos de cultura policial. Urge,

portanto, a construção de um instrumento analítico pautado nas ciências da educação, que faça esse diálogo com as construções sociológicas, mas que focalize os diferentes processos de aprendizagem no trabalho e os saberes que deles emergem.

Pavimentar uma articulação entre as ciências da educação e o estudo da cultura profissional exigiria, ao nosso ver, um duplo movimento: o primeiro deles é considerar que a aprendizagem profissional do policial civil é fenômeno muito mais amplo do que o processo de escolarização inicial. Para além de uma educação formal, existe uma dimensão educativa não formal e informal que se vincula a outros espaços formativos alheios à escola, pois “(...) os mecanismos por meio dos quais uma sociedade transmite a seus membros seus saberes, o saber-fazer e o saber-ser que ela estima como necessários à sua reprodução, são de uma infinita variedade” (DURU-BELLAT; VAN ZANTEN, 1992, p. 1). De acordo com Sposito (2003), uma tradição inaugurada no Brasil por Florestan Fernandes nos anos 1950 já esboçava essa preocupação, ao realizar um estudo sociológico da escola numa perspectiva não escolar. Acerca dessa proposta,

(...) o estudo de outras situações educativas e de práticas socializadoras observadas na família nos grupos de pares, nas trocas informais na esfera pública, no mundo das associações, nos movimentos sociais e nas relações com a mídia tem significado um caminho promissor de ampliação do campo de preocupações da sociologia da educação, mas, ainda, bastante incipiente. (SPOSITO, 2003, p. 20).

O segundo aspecto desse movimento é um desdobramento do primeiro. Ao fornecer a educação um sentido mais amplo e plural, temos como consequência um redimensionamento do conceito de formação profissional, o qual passa a abarcar os saberes experienciais adquiridos e mobilizados pelo sujeito nas diferentes instâncias de sua vida. Estamos a falar, portanto, de uma formação experiencial, cuja proposta é uma revalorização epistemológica da experiência (CAVACO, 2009), reconhecendo seu potencial formativo.

A experiência, explica Carmen Cavaco (2002), quando entendida num sentido de rompimento com a hegemonia do modelo escolar, coloca em evidência os saberes não escolarizados e sua importância no processo formativo dos sujeitos. De acordo com essa autora:

(...) questionamentos sobre a experiência surgem, habitualmente, relacionados com um conjunto de discussões que denotam oposições entre teoria e prática, entre saberes acadêmicos e saberes resultantes da prática, entre modalidades de educação formal e educação não formal (CAVACO, 2009, p. 221).

As elaborações acadêmicas que articulam e valorizam a experiência no processo formativo receberam um reconhecimento recente, fato este explicado pelo exacerbado valor que se conferiu aos saberes escolarizados nos séculos XIX e XX. A escola aparece na história como uma via educativa especializada, contribuindo para sedimentar outra modalidade do aprender, “(...) baseada na ruptura com a experiência dos aprendizes, por se pensar que esta funcionaria como um obstáculo à aprendizagem” (CAVACO,

2009, p. 221). O modelo escolar passou a ser entendido como a principal forma de educar e, em decorrência de tal fato, conferiu à escola “(...) o monopólio da ação educativa, desvalorizando os saberes resultantes da experiência” (CAVACO, 2009, p. 221).

A contemporaneidade esboça tensões e rupturas com a forma escolar na medida em que passa a legitimar e prestigiar os saberes não escolarizados, promovendo, assim, uma “(...) revalorização epistemológica da experiência dos indivíduos e a valorização das modalidades de educação não formal e informal” (CAVACO, 2008, p.17). Essa abordagem privilegia o sujeito, entendendo-o como produtor de si: “(...) e a experiência é o principal recurso que tem ao seu dispor para evoluir no sentido da autonomia, da participação social e da emancipação” (CAVACO, 2009, p. 221). Faz-se necessário, neste turno, esclarecer o que se entende por educação formal, não formal e informal. De acordo com Canário existe:

(...) um nível formal de que o protótipo é o ensino dispensado pela escola, com base na assimetria professor-aluno, na estruturação prévia de programas e horários, na existência de processos avaliativos e de certificação; um nível não formal caracterizado pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas de contextos públicos e singulares. (...) um nível informal que corresponde a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes, nem intencionais, por parte dos destinatários, correspondendo a situações pouco estruturadas e organizadas (CANÁRIO, 1999, p.80).

Quando se trata de formação experiencial tem-se subjacente o pressuposto básico de que se aprende com a experiência. A formação experiencial é um conceito multidimensional a partir do qual surgem várias definições que, de algum modo, se complementam. Nos dizeres de Josso:

Designa a atividade consciente de um sujeito que efetua uma aprendizagem imprevista ou voluntária em termos de competências existenciais (somáticas, afetivas e de consciência), instrumentais ou pragmáticas, explicativas ou compreensivas na ocasião de um acontecimento, de uma situação, de uma atividade que coloca o aprendente em interação consigo próprio, os outros, o meio natural ou as coisas que o rodeiam (Josso, 1991, p. 198).

A experiência possui uma natureza dinâmica, pois é tensionada e modificada em função das novas situações vivenciais. Na experiência o homem constrói-se ao mesmo tempo “(...) que dá ao mundo uma forma humana e transforma os acontecimentos da sua história” (BONVALOT, 1991, p. 319). Podemos consignar que a formação experiencial é interminável por natureza. A dinamicidade da experiência se deve ao fato de “(...) aprendizagem ser uma atividade permanente de desenvolvimento pessoal, que mobiliza o indivíduo ao longo de toda vida” (BARKATOOLAH, 1989, p. 48).

O conceito de formação experiencial se mostra adequado enquanto instância articuladora das diferentes modalidades educativas. A formação experiencial resulta de um trabalho do sujeito sobre si próprio, em interação com os outros, ao longo da sua vida, a partir do seu patrimônio de experiências e em articulação com um

determinado ambiente formativo. Trata-se de um processo de socialização, marcado pela constante reversibilidade de papéis e pelo caráter difuso, ocorrendo em todos os tempos e espaços de vida (família, trabalho, lazer e escola). Destarte, além de propor uma espécie de resgate epistemológico da experiência, busca entender a formação como um corolário que está intimamente ligado a própria construção biográfica dos sujeitos. Esses pressupostos podem descortinar uma série de saberes que extrapolam a lógica da escolarização. Sobretudo no que tange a prática profissional dos policiais, os elementos destacados permitem perceber a necessidade de se adotarem abordagens de investigação inovadoras que considerem a especificidade dos processos de formação experiencial e dos saberes resultantes de tal formação.

## CONCLUSÃO

O que se pretendeu com esse artigo foi apresentar o conceito de formação experiencial e demonstrar sua pertinência enquanto referencial teórico para o estudo dos diferentes saberes e lógicas de aprendizagem construídos e reconstruídos no exercício do mandato policial. Como se observou na literatura sobre o tema, o conceito de cultura policial se mostra relevante quando se discute a prática profissional dos agentes de segurança. Ocorre que essa cultura, entendida também como um estoque de saberes informais que se (re)produzem no curso de múltiplas (re)socializações profissionais, é recepcionada pelo sujeito policial mediante um processo de aprendizagem. Dessa complexa relação entre policial e cultura profissional, emergem saberes que estão para além dos protocolos, manuais e normas institucionalizadas. Nesse sentido, podemos considerar que estudos no âmbito das ciências da educação têm pertinência e podem fazer avançar o que se conhece sobre as organizações policiais, desde que os pressupostos dessa abordagem tenham como referência uma noção mais alargada de educação e também de formação profissional. Em seu livro “Aprender fora da escola: percursos de formação experiencial”, Carmen Cavaco (2002) discute o potencial da experiência na formação dos indivíduos, nos conduzindo por caminhos que demonstram a amplitude do processo educativo e de como ele não se restringe ao processo de escolarização.

A formação profissional dos policiais tem sido enxergada como ponto de inflexão de um paradigma. Pretende-se através dela encaminhar a mudança de uma organização policial autoritária e repressiva para um modelo que respeite as garantias e liberdades individuais previstas na Constituição de 1988. Se a formação for entendida tão somente como o processo pelo qual os policiais recepcionam os saberes formais/escolarizados, os projetos pedagógicos para segurança pública poderão enfrentar sérios entraves ao colidirem com a cultura policial estabelecida. É preciso pensar a formação em termos mais amplos, levando-se em consideração os diferentes saberes que emergem da própria socialização profissional dos policiais, bem como atentar-se para os diferentes espaços formativos pelos quais o trabalhador de segurança pública

transita.

O contraste entre formação profissional e o mundo do trabalho se instaura no interior das ciências da educação, estando presente também nos debates da sociologia do trabalho ou no encontro dos processos formativos e produtivos. O bordão “esqueçam tudo que aprenderam” faz parte, com diferentes variações e intensidades, do discurso de outras categorias profissionais. Esse discurso pressupõe, além de um desprezo pelos saberes institucionalizados, uma noção dicotômica entre a teoria e a prática, como se fossem instâncias estanques que não se comunicam. O presente artigo não se alinha com uma perspectiva de desvalorização da instituição escolar ou dos saberes escolarizados, pelo contrário, quer fazer avançar seus limites e potencialidades e, para tanto, enfatiza uma interação, coordenação, articulação ou complementaridade entre aquilo que se nomeia educação formal e educação não formal. Não se pretende apresentar a educação informal, em geral, e a formação experiencial, em particular, como alternativa educativa mais válida e capaz de substituir a formação instituída, mas, antes, refletir a articulação mais satisfatória, para os indivíduos e coletividades, entre diferentes perspectivas formativas. Tal idéia não pode ser considerada inovadora, afinal, remonta o pensamento de John Dewey que, alinhado com uma educação progressista e democrática, desde o século passado criticou dualismos tais como teoria e prática, público e privado, indivíduo e grupo, métodos e matérias escolares, meios e fins etc. Na perspectiva de Dewey, o processo de escolarização deve ter como referência o intercâmbio social e, nesse sentido, a educação formal não pode se encontrar dissociada de uma educação não formal. Em outras palavras:

Na educação que denominamos não formal ou assistemática, a matéria do estudo encontra-se diretamente na sua matriz, que é o próprio intercâmbio social. É aquilo que fazem e dizem as pessoas em cuja atividade o indivíduo se acha associado. Este fato dá uma chave para a compreensão da matéria da instrução formal ou sistemática. (DEWEY, 1979, p. 199)

Seguindo as pistas deixadas por Dewey, uma devida compreensão do curso de formação técnico profissional da ACADEPOL passa pelas experiências vividas pelos policiais durante a prática profissional. Isso porque ideias e valores que culminam em um saber-ser e em um saber-fazer policial emergem sobretudo das circunstâncias práticas do exercício da profissão e, dessa forma, a ACADEPOL precisa facilitar a elaboração dessas experiências. Defender um *continuum* entre as ações e experiências vividas nessas duas esferas da educação – formal e não formal –, bem como rechaçar a cisão existente elas, implica em reconhecer e legitimar os adquiridos experienciais dos policiais. Essa reflexão se mostra imprescindível e traz à tona a importância de pensar a educação dos profissionais de segurança pública para além dos muros da academia de polícia.

## REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos, segurança pública e promoção da justiça**. Passo Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.
- BASTOS, E. A. **A formação profissional de policiais de investigação criminal (delegados e detetives)**: estudos dos currículos da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais de 1985 a 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BARKATTOOLAH, A. **L'Apprentissage Expérientiel**: une approche transversale. Education Permanente, Fundación Dilanet, v. 100/101, p. 47-55, 1989.
- BEATO, C.; RABELO, K.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Reforma Policial no Brasil. In: BEATO, C. (org.). **Compreendendo e Avaliando**: projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BRETAS, M.L.; PONCIONI, P. Cultura Policial e o Policial Civil Carioca. In: PANDOLFI et al. (orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CANÁRIO, R. **Educação de Adultos – Um campo e uma Problemática**. Lisboa: Educa, 1999.
- CANO, I. Violência Policial. In: CARVALHO, S. (org.). **Execuções sumárias no Brasil (1997-2003)**. Rio de Janeiro: Centro de Justiça Global, 2003.
- CARUSO, H. G. C.; PINTO, N.M. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**: da escola de formação à prática policial. Relatório de Pesquisa - Secretaria Nacional de Segurança Pública Senasp. Brasília, 2006.
- CAVACO, C. **Aprender fora da escola**: percursos de formação experiencial. Lisboa, EDUCA. 2002.
- CAVACO, C. **Adultos Pouco Escolarizados. Diversidade e interdependência de Lógicas de Formação**. Tese de Doutorado, Lisboa: FPCEUL. 2008
- CAVACO, C. **Experiência e formação experiencial**: a especificidade dos adquiridos experienciais. Educação Unisinos, pp. 220-227. 2009
- CAVACO, C. **Formação experiencial de adultos não escolarizados**: saberes e contextos de aprendizagem. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n.º 3, p. 951-967. Jul./set. 2016
- CUNHA, N. V. **Como se fabrica um policial**: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. Comum (FACHA), Rio de Janeiro, v. 9, n.22, p. 198-207, 2004.
- DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. **Ficção e realidade do trabalho operário**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 17, n. 68, 1989.
- DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- GUÉRIN, F. et al. **Compreender o Trabalho para Transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2001.
- GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução Marcelo Rollemberg. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2003.
- JOSSO, M.C. **L'expérience formatrice**: un concept en construction. In: B. COURTOIS; G. PINEAU, La formation expérientielle des adultes. Paris, La Documentation Française, p. 191-200. 1991

- KANT DE LIMA, R. **Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial**: quem cala, consente? Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 33, (3), 1990.
- KANT DE LIMA, R. **Direitos Civis, Estado de Direito e 'Cultura Policial'**: A Formação Policial em Questão. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 11, nº 41, 2003.
- LOPES, C.S.; RIBEIRO, E. A.; TORDORO, M. **Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná**. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016.
- MINGARDI, G. **A nova Polícia**. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas [dissertação]. Campinas, 1991.
- MIRANDA, J.C.B. **Educação, Violência e formação policial**. 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012. 194p.
- MONJARDET, D. **O que faz a polícia?** São Paulo: EDUSP, 2012.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **A Organização policial numa área metropolitana**. Dados: Revista das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 25 (1): 63-85, 1982.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da PMERJ. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- PEDREIRA-SILVA, P. **Segurança humana e agir comunicativo**: pilares para pensar a gestão da formação nas organizações policiais aprendentes. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- PINHEIRO, P.S.; SADER, E. **O controle da polícia no processo de transição democrática**. Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde. São Paulo, 2 (2), 1985.
- PINHEIRO, P. S. **Autoritarismo e Transição**. Revista da USP, São Paulo, n. 9, 1991a.
- PINHEIRO, P.S.; IZUMINO, E.A.; FERNANDES, M.C.J. **Violência Fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89)**. Revista USP, São Paulo, 9, mar./mai. 1991b.
- PONCIONI, P. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n. 1 p. 22-31. jan./jul. 2007.
- RIBEIRO, L.M.L.; SILVA, K.A. **As relações entre direitos humanos e práticas dos policiais civis: o papel da percepção dos cidadãos**. Revista Debates, Porto Alegre, vol. 4, nº 2, jul-dez. 2010.
- SACRISTÁN, J.Gimeno. **O Currículo – Uma reflexão Sobre a Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, B. **Na lida do policial civil**: estudo sobre as estratégias de formação continuada de policiais civis para o atendimento aos grupos vulneráveis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- SKOLNICK, J. **Justice Without Trial**: Law Enforcement in Democratic Society. Fourth Edition. New Orleans, Luisiana: Quid Pro Books (Classics of Law & Society Series), 2011.
- SPOSITO, M. **Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola**. Revista da USP, São Paulo: n. 57, 2003.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-476-4

